

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ATOS OFICIAIS Nº. 099/2017.**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ATOS OFICIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE-IPARV E AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE**, autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito Público, com sede administrativa situada na Rua Joaquim Motta, nº. 914 Vila Santo Antônio no Município de Rio Verde-Goiás, daqui adiante denominado **IPARV-ASSISTÊNCIA**, com inscrição no CNPJ sob o nº. 06.052.569/0001-87, neste ato representado pelo seu Presidente, **ALEXANDRE SILVA MACEDO**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF: nº. 695.341.012-49, e RG nº. 3495711-7847653 DGPC/GO, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Verde, no uso de suas atribuições, e, de outro lado, **AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC**, autarquia estadual, constituída nos termos da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, alterada pela Lei 18.746/2014, sediada à Rua SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.520.902/0001-47, doravante denominada simplesmente **CONTRATADO (A)**, neste ato representado pelo seu Presidente, **EDIVALDO CARDOSO DE PAULA**, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº. 1506520 SSP/GO e do CPF nº. 391.524.641-72, domiciliado nesta Capital, que entre si ajustado o presente instrumento de Prestação de Serviços de Publicação no Diário Oficial do Estado, de atos oficiais do (a) **CONTRATADO (A)**, com fundamento na Lei Estadual nº. 17.928/12 e Lei nº 8.666/93 e posteriores alteração, ato de Portaria nº. **009/2017**, de Inexibilidade de Licitação e processo nº. **0010614/2017**, e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

É inexigível a licitação para esta contratação, por força da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações e Lei Estadual nº. 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de publicações diversas, extratos de credenciamentos, contratos, editais de licitações e demais publicações do (a) **CONTRATANTE** no Diário Oficial do Estado de Goiás, para atender as necessidades do **IPARV-ASSISTÊNCIA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)**

O (a) **CONTRATADO (A)**, para fiel execução deste contrato obrigarse-á:

I – as matérias para publicação serão recebidas por transmissão eletrônica de dados via internet, através do seguinte endereço: <http://diariooficial.abc.go.gov.br>:

- a) com extensão doc, docx ou rtf tratando-se de arquivo texto; ou
- b) com extensão pdf tratando-se de balanços.

II – os arquivos contendo as matérias com extensão doc, docx ou rtf a serem publicadas obedecerão as seguintes formatações:

III – A configuração das páginas deverão as seguintes orientações:

- a) papel tipo A4 (210 X 297 mm) em formato retrato;
- b) não conter propagandas e imagens de assinatura;
- c) não conter cabeçalhos ou rodapé;
- d) o padrão a ser aplicado na formatação:

- Tipo de Fonte : **ARIAL**

- Tamanho da fonte : **8**

IV não serão aceitos textos que contenham os seguintes atributos:

- a) matérias que utilizarem o recurso de Caixa de Texto;
- b) matérias que utilizarem o recurso de formulários do Microsoft Word;
- c) alinhamento de duas ou mais colunas através de espaço ou marcas de tabulação;

V – os arquivos contendo as matérias com extensão, pdf – somente para balanços – obedecerão aos seguintes princípios de formatação:

a) Tamanhos :

- 18 cm de largura;

- 26 cm de altura;

b) Tipo de Fonte : **ARIAL**

c) Tamanho da fonte : **7**

VI- Realizar a publicação no prazo mínimo de dois (02) dias úteis, contado do recebimento da solicitação feita pelo (a) **CONTRATANTE**, na formatação padronizada pelo (a) **CONTRATADO (A)**, salvo se orientada ao contrário.

VII – Comunicar o (a) **CONTRATANTE**, por escrito, sempre que não for possível cumprir o disposto nos itens anteriores;

VIII – Observar a fidelidade ao texto encaminhado pelo (a) **CONTRATANTE**, na ocasião da publicação;

IX – Responder pelos danos de qualquer natureza, que venha a sofrer a **CONTRATANTE**, em razão de ação ou omissão pelo (a) **CONTRATADO (A)**, ou de quem em seu nome agir em cumprimento do presente contrato;

X - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, devendo, portanto, executar diretamente todas as atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato, salvo se expressamente autorizado pelo (a) **CONTRATADO (A)**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O (a) **CONTRATANTE**, por sua vez, obriga-se a:

I – Solicitar e encaminhar ao (a) **CONTRATADO (A)**, as matérias para publicação por transmissão eletrônica de dados via internet, através do seguinte endereço:

<http://diariooficial.abc.go.gov.br/>, por usuário previamente cadastrado, o material a ser publicado sempre com antecedência, de no mínimo dois (02) dias úteis, até o horário de 17:00 horas, a prestação dos serviços contratados.

II – Proporcionar todas as facilidades para que o (a) **CONTRATADO (A)** possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

III – As matérias deverão ser encaminhadas na formatação especificada no item II da cláusula anterior.

IV - Providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA.**

O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura até 31 de dezembro de 2017, limitado ao respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO.**

Pela prestação de serviços o (a) **CONTRATANTE** pagará ao (a) **CONTRATADO (A)** o valor total estimado de R\$ 10.675,52 (dez mil seiscentos setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), que será pago mensalmente ao (a) **CONTRATADO (A)** de acordo com a necessidade do Instituto.

§ 1º - O pagamento será efetuado mensalmente, caso haja a prestação de serviços, até o vigésimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura onde constem todas as publicações efetuadas no mês, devidamente atestada pelo setor competente.

§ 2º - Junto as faturas mensais, ao (a) **CONTRATADO (A)** deverá apresentar as certidões negativas de débito para com o INSS e o FGTS.

§ 3º - Os valores da tabela de preços serão reajustados anualmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão na conta da dotação orçamentária vigente sob nº. **1329.10.122.5007.2621.(914/2017).3390.39 (110) - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica segundo o Plano de Classificação Funcional.**

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DE CONTRATO.**

A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVIII, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, ensejará a rescisão contratual por ato unilateral e escrito do (a) **CONTRATANTE**, com as consequências definidas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis na forma do art. 87, independentemente de interposição judicial, observado o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa prévia.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 citado no caput, observar-se-á o disposto no parágrafo 2º do art. 79 da mencionada lei.

§ 2º - O presente contrato admite rescisão amigável, por acordo entre as partes, consoante dispõe o art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, cabe ao (a) **CONTRATADO (A)** receber o valor dos serviços executados até a data da dissolução.

§ 4º - Em caso algum o (a) **CONTRATANTE** pagará indenização ao (a) **CONTRATADO (A)** por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contratos entre a mesma e seus empregados, prepostos ou terceiros.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES.

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o (a) **CONTRATADO (A)** à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos: ao

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia do atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sétimo décimos por centos) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

#### CLAÚSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas atinentes a este contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Rio Verde, Estado de Goiás, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem firmes e contratados, assinam as partes, por seus representantes legais, este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.



Rio Verde-GO, 20 de março de 2017.

Alexandre Silva Macedo  
Presidente do IPARV

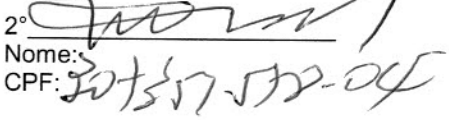


Agência Brasil Central ABC  
CONTRATADO (A)

Edivaldo Cardoso de Paula  
Presidente - Agência Brasil Central

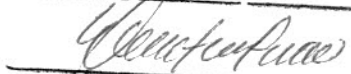
#### TESTEMUNHAS:

1º   
Nome: Claudio A. Fernandes  
CPF: [assinado]

2º   
Nome: [assinado]  
CPF: 207517-532-04

Documento: contrato  
Publicado no Placar do Instituto de  
Previdência e Assistência dos Servidores do  
Município de Rio Verde-IPARV.

Em: 24/03/2017

  
Lourivaldo Oliveira Montalvão  
Presidente da CPL